

Acordo com FMI vai requerer apoio da oposição

Segundo o porta-voz Thomas Dawson, acordo envolveria cobertura para 12 a 15 meses

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON – O Fundo Monetário Internacional (FMI) informou ontem que as negociações entre o governo brasileiro e a instituição tiveram “um bom começo” na quarta-feira, e estão sendo tocadas “intensamente” e com “alguma urgência, dado o nervosismo do mercado”. O porta-voz do Fundo, Thomas Dawson, acrescentou que as negociações envolvem uma prorrogação do atual acordo até o ano que vem, com um possível aumento de recursos, mas ressaltou que “é muito cedo para falar sobre a natureza exata” do arranjo que está sendo discutido.

Ele deixou claro, no entanto, que qualquer que seja seu formato final, o acordo “requerirá um entendimento” por parte dos can-

didatos da oposição ao Planalto de que eles manterão as políticas básicas que forem acertadas. O presidente do PT, deputado José Dirceu, criticou Dawson e disse que não aceita um ultimato do FMI (ver página A6).

Ciente da sensibilidade do tema, o porta-voz do FMI esforçou-se para deixar vaga a terminologia a ser usada, nesse particular. Ele disse que a palavra “compromisso”, atribuída pela imprensa brasileira à vice-diretora-gerente Anne Krueger, não traduz exatamente o que ela disse em São Paulo, na última sexta-feira, quando se pronunciou sobre o tipo de disposição que os candidatos teriam de ter em relação a

um novo acordo entre o Brasil e o FMI. De acordo com o porta-voz, Krueger falou em “entendimento”, para dizer que é necessário que haja uma compreensão por parte não apenas do governo, mas dos demais atores políticos, sobre a continuidade das políticas que lastrearão o acordo.

Dawson fez uma descrição esclarecedora sobre o processo de negociação, visto da perspectiva do FMI. “À medida em que avançamos, vemos o que um novo programa potencial incluiria”, disse. “Veríamos, então, que tipo de apoio político (ele teria).” O conceito, explicou o porta-voz, é que o país, e não o Fundo, é o dono do programa. “A propriedade não significa que o programa pertence apenas ao governo; ele precisa ter proprietários também dentro do processo político; fundamentalmente, esse tipo de entendimento é algo sobre o qual as autoridades brasileiras e o sistema político terão que se entender; não é algo que o FMI vai especificar, mas é natural que qualquer programa apoiado pelo Fundo precisa ter apoio político suficiente, em qualquer país, para ter uma chance razoável de sucesso”, explicou.

“Não se trata de uma preocupação incomum; obviamente ela ganha uma grande dose de atenção por causa da importância do Brasil, da proximidade das eleições e do nervosismo dos mercados”, disse Dawson.

As declarações do porta-voz indicaram que as discussões contemplam uma extensão do programa em vigor por 12 a 15 meses, dependendo da data em que for concluído e aprovado pelo “board” (diretoria executiva) do Fundo. O atual acordo entre o Brasil e o FMI, que contém ainda um saldo de US\$ 1 bilhão de recursos não utilizados, vence em dezembro. “Estamos discutindo

Gregg Newton/Reuters



Amaury Bier (C), da missão brasileira, diante da sede do Fundo

políticas para o restante de 2002 e para 2003”, informou Dawson.

Indagado sobre a questão da manutenção de políticas que os candidatos da oposição consideram ser a causa dos problemas que o Brasil enfrenta, o alto funcionário do FMI sugeriu que é essa postura – e não as políticas apoiadas pela instituição – que alimenta a instabilidade. “Obviamente, os mercados estão bastante nervosos sobre as perspectivas políticas do Brasil”, disse ele.

Demora – Dawson anunciou que o FMI considera que “a Argentina fez muitos progressos”, mas “ainda há muito trabalho a fazer”, explicando com isso que o acordo com o governo argentino ainda vai demorar. Segundo Dawson, a Argentina deve continuar trabalhando em um programa econômico sustentável para conseguir um acordo com o FMI.

Além das declarações de Dawson, o governo do presidente Eduardo Duhalde também recebeu comentários negativos por parte do secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Paul O'Neill. Ontem, o secretário afir-

mou que não estava vendo “nada de novo na Argentina”.

Apesar das críticas, o ministro da Economia, Roberto Lavagna, considerou que a Argentina já cumpriu todos os requisitos exigidos pelo FMI. Segundo o ministro, o Fundo “precisa entender que os prazos não são infinitos”. (Colaborou Ariel Palacios, de Buenos Aires)